

XS3 SEGUROS S.A.
CNPJ Nº 38.155.802/0001-43

CAIXA Residencial

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da XS3 Seguros S.A. (a "Seguradora") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

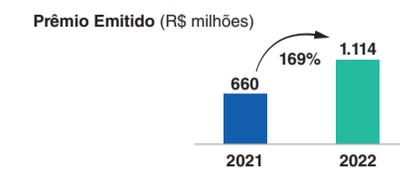
Principais fatos e alterações societárias

A XS3 Seguros S.A. foi constituída em 19 de agosto de 2020 no contexto da operação contemplada no Acordo de Associação celebrado em 06 de janeiro de 2020 entre a Caixa Econômica Federal ("Caixa"), a Caixa Seguridade Participações S.A. e a Tokio Marine Seguradora S.A. (o "Acordo de Associação"), por meio do qual foi decidida a criação de uma nova parceria para explorar, de forma exclusiva ou preferencial, conforme o caso, a distribuição, promoção, oferta e venda de produtos de seguro habitacional e residencial na rede de distribuição da Caixa.

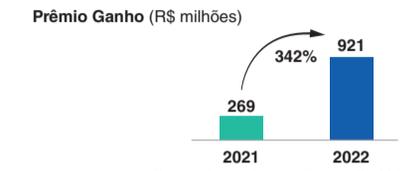
Em 04 de janeiro de 2021 foi concluído o fechamento da operação, fazendo com que a XS3 Seguros S.A. se tornasse uma "Joint Venture" entre Caixa Seguridade e Tokio Marine Seguradora e possibilitando o início das operações de emissão de prêmios nos ramos "Habitacional" e "Residencial".

Após o fechamento da operação, a participação acionária passou a ter a Caixa Seguridade com 75% de participação no capital total da XS3 Seguros, sendo titular de 49,99% de suas ações ordinárias e 100% de suas ações preferenciais. A Tokio Marine, por sua vez, detém 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da XS3 Seguros.

Desempenho dos negócios



As receitas de prêmios emitidos do exercício totalizaram R\$ 1.114 milhões, sendo R\$ 699 milhões referentes ao seguro "Residencial" e R\$ 415 milhões ao seguro "Habitacional".



Os prêmios ganhos totalizaram R\$ 921 milhões (Residencial R\$ 506 milhões e Habitacional R\$ 415 milhões).

A carteira de investimentos alcançou R\$ 799 milhões (R\$ 388 milhões em dezembro de 2021).

O patrimônio líquido da Seguradora em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.699 milhões (R\$ 1.615 milhões em dezembro de 2021) e como resultado do exercício foi registrado um lucro de R\$ 201 milhões.

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Seguradora terão assegurados - a títulos de dividendos - a distribuição de pelo menos 75% dos resultados obtidos no exercício, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e respeitando os índices mínimos de liquidez e solvência.

Abaixo apresentamos a proposta de destinação do resultado de 2022.

Destinação do resultado (R\$ milhões)



Considerações Finais e Agradecimentos

A XS3 Seguros S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e dos conselheiros, segurados e colaboradores.

Demonstração do Resultado (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Demonstração do resultado		
Prêmios emitidos (Nota 20)	1.113.562	659.812
Variações das provisões técnicas de prêmios (Nota 21.1)	(192.109)	(391.052)
Prêmios ganhos	921.453	268.760
Sinistros ocorridos (Nota 21.2)	(137.251)	(53.743)
Custos de aquisição (Nota 21.3)	(259.767)	(78.810)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 22)	(8.508)	(4.450)
Resultado com resseguro	(5.580)	(2.297)
Despesa com resseguro (Nota 23)	(5.580)	(2.297)
Despesas administrativas (Nota 24)	(191.237)	(202.998)
Despesas com tributos (Nota 25)	(42.968)	(12.460)
Resultado financeiro (Nota 26)	72.216	12.687
Resultado operacional	348.358	(73.311)
Resultado antes dos impostos e participações	348.358	(73.311)
Imposto de renda (Nota 11)	(85.942)	17.826
Contribuição social (Nota 11)	(52.868)	10.940
Participações sobre o lucro (Nota 3d. 10)	(8.270)	-
Lucro/(Prejuízo) do exercício	201.278	(44.544)
Quantidade de ações	13.534	13.534
Lucro/(Prejuízo) por ação	14,87	(3,29)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/(Prejuízo) do exercício	201.278	(44.544)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	201.278	(44.544)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto		
Atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) do exercício:	201.278	(44.544)
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	84.793	76.000
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	1.434	56
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(411.486)	(337.398)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(62.447)	(93.430)
Ativos de resseguro	(3.067)	(1.037)
Créditos fiscais e previdenciários	25.146	(25.186)
Ativo fiscal diferido	(1.109)	(3.620)
Despesas antecipadas	62	(164)
Custos de aquisição diferidos	(67.279)	(136.219)
Outros ativos	(1.116)	(26.513)
Impostos e contribuições	16.650	2.368
Débitos de operações com seguros e resseguros	4.688	54.594
Provisões técnicas - seguros e resseguros	233.815	422.575
Provisões Judiciais	62	-
Outros passivos	48.853	22.873
Caixa gerado (consumido) pelas Operações:	70.277	(89.645)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	70.277	(89.645)
Atividades de investimento		
Intangível	(56.492)	(1.520.000)
Imobilizado	(1.082)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(57.574)	(1.520.000)
Atividades de financiamento		
Aumento de Capital	-	1.610.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	-	1.610.000
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	12.703	355
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	355	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	13.058	355

balanço e o seu registro contábil é efetuado conforme o CPC - 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração. **d.8) Avaliação dos passivos originados de contratos de seguro:** **d.8.1) Passivos de contratos de seguro: Seguros de Ramos Elementares sob o Regime financeiro de repartição simples:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pelo valores conhecidos ou estimados, acrescidos, se aplicável, de encargos, variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões técnicas descritas a seguir são calculadas com base em metodologias estatísticas e/ou atuariais e seus critérios, premissas e formulações estão detalhados em Notas Técnicas Atuariais. A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNNG é calculada pelo método *pro rata die*, com base nos prêmios emitidos observando provisionar a parcela do prêmio correspondente ao período de risco ainda não decorrido, contado a partir da data-base de cálculo. A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes e Não Emitidos - PPNNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos aos riscos assumidos pela Seguradora cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa com base nos valores a indenizar, quando do registro dos sinistros no sistema da Seguradora. Adicionalmente, pode ser constituído o ajuste de IBNeR, que tem como objetivo estimar os ajustes de valores que os sinistros já avisados sofrerão ao longo do processo de regulação. A apuração desse ajuste considera o desenvolvimento histórico dos sinistros. A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora e é calculada a partir do comportamento histórico observado entre a ocorrência e o cadastro/aviso do sinistro. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações e abrange tanto as despesas que podem ser individualmente relacionadas aos sinistros quanto aquelas que só podem ser atribuídas aos sinistros de maneira agrupada. **d.9) Teste de adequação dos passivos (Liability Adequacy Test (LAT)):** Nas datas-base junho e dezembro, a Seguradora elabora o Teste de Adequação de Passivos com o objetivo de verificar sua adequação às obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro vigentes na data de execução do teste, de acordo com o CPC 11 e com os critérios mínimos determinados pela Circular SUSEP nº 648/2021. O teste é elaborado com base em premissas atuais, realistas e não tendenciosas, as quais são aplicadas com o objetivo de produzir as melhores estimativas correntes para todos os fluxos de caixa futuros, brutos de resseguro, incluindo-se as despesas administrativas, operacionais, de liquidação de sinistros, tributos e deduzindo-se os custos de aquisição. Retornos de investimentos, custos de resseguro e o adicional de fracionamento não são considerados. Para determinação das estimativas correntes dos fluxos de caixa, os contratos são agrupados por similaridade, o que obedece ao padrão de gerenciamento estabelecido pela Seguradora. São consideradas, quando pertinentes, as receitas decorrentes de salvados e ressarcimentos de terceiros como um fator redutor na execução do Teste de Adequação de Passivos. Para ramos com característica de risco decorrido, a Seguradora considera o histórico dos prêmios ganhos de cada contrato para apurar sua melhor estimativa de receita de prêmios em períodos posteriores à data-base de cálculo. Os fluxos de caixa de obrigações futuras são estimados com base na sinistralidade. Para determiná-la, a Seguradora verifica a média de sinistralidade observada por agrupamento em determinado período, excluindo-se os extremos da série. Para maior segurança estatística, é adicionada a esta média o desvio padrão da sinistralidade observada. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco - ETTJ, publicadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, considerando o cupom da curva de juros do indexador da obrigação IPC-A. Caso seja identificada qualquer insuficiência de provisão no teste em referência, a Seguradora reconhece imediatamente a perda, sendo ela na Provisão Complementar de Cobertura - PCC ou na respectiva provisão técnica de cobertura a depender da origem da insuficiência, conforme critérios estabelecidos na regulamentação vigente. No contexto destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 não foram encontradas insuficiências de provisão nos grupos analisados. **d.10) Benefícios a empregados:** A Seguradora é patrocinadora de plano de aposentadoria para os seus funcionários, **continua ->**

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Ativo circulante	1.119.999	615.855	Passivo circulante	725.445	375.692
Disponível	8.281	355	Contas a pagar	206.505	25.900
Caixa e bancos	8.281	355	Obrigações a pagar (Nota 16.1)	175.627	12.220
Equivalente de caixa (Nota 7)	4.777	-	Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 16.2)	9.881	9.391
Aplicações (Nota 7)	799.125	387.638	Encargos trabalhistas	1.939	1.071
Créditos das operações com seguros e resseguros	134.994	78.933	Impostos e contribuições (Nota 16.3)	19.058	2.408
Prêmios a receber (Nota 8.1)	134.994	78.933	Débitos de operações com seguros e resseguros	55.533	51.207
Outros créditos operacionais (Nota 8.2)	29.119	25.700	Prêmios a restituir	4.825	4.205
Ativos de resseguro (Nota 9)	3.467	1.037	Operações com resseguradoras	1.747	-
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	4.769	28.859	Corretores de seguros e resseguros (Nota 8.3)	40.344	47.002
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10.1)	4.769	28.806	Outros débitos operacionais	8.617	-
Outros créditos	-	53	Provisões técnicas - seguros (Nota 17)	461.379	299.014
Despesas antecipadas	100	164	Danos	461.379	299.014
Custos de aquisições diferidos (Nota 13)	135.367	93.169	Outros débitos	2.028	381
Seguros	135.367	93.169	Débitos diversos	2.028	381
Ativo não circulante	1.503.454	1.502.251	Passivo não circulante	198.822	126.948
Realizável a longo prazo	86.252	57.830	Débitos das operações com seguros e resseguros	3.749	3.387
Créditos das operações com seguros e resseguros	15.976	14.441	Corretores de seguros e resseguros (Nota 8.3)	3.749	3.387
Prêmios a receber (Nota 8.1)	15.976	14.441	Provisões técnicas - seguros (Nota 17)	195.011	123.561
Ativos de resseguro (Nota 9)	636	-	Danos	195.011	123.561
Outros valores e bens	1.509	339	Outros débitos (Nota 12)	62	-
Custos de aquisição diferidos (Nota 13)	68.131	43.050	Provisões judiciais	62	-
Seguros	68.131	43.050	Patrimônio líquido	1.699.186	1.615.466
Imobilizado (Nota 14)	1.406	421	Capital social	156.670	156.670
Móveis, máquinas e utensílios	722	226	Reservas de capital	1.503.330	1.503.330
Outras imobilizações	684	195	Reservas de lucros	39.186	10
Intangível (Nota 15)	1.415.796	1.444.000	Prejuízos acumulados	-	(44.544)
Outros intangíveis	1.415.796	1.444.000	Total do passivo e do patrimônio líquido	2.623.453	2.118.106
Total do ativo	2.623.453	2.118.106			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

Discriminação	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	50.000	-	10	-	50.010
Aumento de Capital					
AGE de 04/01/2021 Portaria nº 7.788	16.670	1.503.330	-	-	1.520.000
AGO/E de 26/03/2021 Portaria nº 418	90.000	-	-	-	90.000
Resultado do Exercício	-	-	-	(44.544)	(44.544)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	156.670	1.503.330	10	(44.544)	1.615.466
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	156.670	1.503.330	10	(44.544)	1.615.466
Reversão da Reserva Legal AGO/E de 26/03/2021 Portaria nº 418	-	-	(10)	10	-
Resultado do Exercício	-	-	-	201.278	201.278
Proposta p/Distribuição do Resultado	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	7.837	(7.837)	-
Dividendos mínimos (75%)	-	-	-	(117.558)	(117.558)
Dividendo adicional proposto	-	-	31.349	(31.349)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	156.670	1.503.330	39.186	-	1.699.186

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

Nota 1 - Contexto operacional e informações gerais

A XS3 Seguros S.A. (denominada "XS3 Seguros" ou "Seguradora"), é uma sociedade por ações, inscrita sob o CNPJ nº 38.155.802/0001-43, constituída em 19 de agosto de 2020, tendo sua sede localizada na Rua Desembargador Eliseu Guilherme, nº 84, Térreo ao 7º andar, Paraíso, São Paulo - SP, CEP: 04004-030. A Seguradora é controlada em conjunto pela Tokio Marine Seguradora S.A. e Caixa Seguridade Participações S.A. A Seguradora tem por objeto social a distribuição, a divulgação, a oferta, a venda e o pós-venda de produtos de seguros habitacional e residencial. No contexto da reestruturação da operação de seguros do Grupo Caixa Seguridade ("Grupo"), a Seguradora foi constituída como lastro para a empresa prevista no acordo de associação firmado entre Tokio Marine Seguradora S.A. ("Tokio Marine") e Caixa Seguridade Participações S.A. ("CAIXA Seguridade"), empresa líder do Grupo, para a formação de uma nova sociedade com direito de exploração pelo prazo de 20 anos, dos ramos de seguros Habitacional e Residencial na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal (denominado "Balcão CAIXA"), conforme detalhado no acordo apresentado abaixo: **a) Acordo Tokio Marine:** No dia 6 de janeiro de 2020, em continuidade ao processo competitivo para reestruturação de sua operação de seguros divulgado por meio de fato relevante em 10 de maio de 2019, a CAIXA Seguridade comunicou ao mercado em geral que firmou com a Tokio Marine acordo de associação ("Acordo Tokio Marine") para a formação de uma nova sociedade com objetivo de explorar, pelo prazo de 20 anos, os ramos de seguros Habitacional e Residencial na rede de distribuição Balcão CAIXA. A autorização da SUSEP ocorreu em 27 de outubro de 2020, por meio da Portaria nº 7.693, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em 04 de janeiro de 2021, já haviam sido obtidas todas as aprovações regulatórias necessárias, incluindo as autorizações concedidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). No fechamento da operação ocorrido em 04 de janeiro de 2021, a Tokio Marine subscreu e integrou um aumento de capital na XS3 Seguros no valor total de R\$ 1.520.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e vinte milhões de reais) valor este que na mesma data foi repassado pela Seguradora à Caixa Econômica Federal ("CAIXA") nos termos da outorga por ela concedida (*upfront*) e a CAIXA Seguridade celebrou com a XS3 Seguros um contrato de distribuição, que confere à XS3 Seguros o direito de explorar o Balcão Caixa por 20 anos. A aprovação pela SUSEP dos atos societários que formalizam o aumento de capital realizado pela Tokio Marine ocorreu em 09 de abril de 2021 por meio da Portaria SUSEP nº 7788. Nos termos do Acordo Tokio Marine, após o fechamento da operação, a Seguradora passou a ser um "Joint Venture" na qual a CAIXA Seguridade detém 75% de participação no capital total da XS3 Seguros, sendo titular de 49,99% de suas ações ordinárias e 100% de suas ações preferenciais. A Tokio Marine, por sua vez, detém 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da XS3 Seguros. Em 26 de março de 2021 foi subscrito e integralizado novo aumento de capital na XS3 Seguros no valor de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), mediante a emissão de 100 (cem) novas ações ordinárias e 100 (cem) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil), por ação, fixado de acordo com o artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das S.A., passando o capital social da Seguradora de R\$ 66.670.000,00 (sessenta e seis milhões, seiscentos e setenta mil reais) para R\$ 156.670.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões, seiscentos e setenta mil reais), dividido em 13.534 (treze mil, quinhentas e trinta e quatro) ações, sendo 6.767 (seis mil, setecentas e sessenta e sete) ações ordinárias e 6.767 (seis mil, setecentas e sessenta e sete) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas foram totalmente subscritas pelas acionistas Tokio Marine Seguradora S.A. e Caixa Holding Securitária, na seguinte forma: o valor de R\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais), correspondente à emissão de 50 (cinquenta) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Tokio Marine Seguradora S.A., e o valor de R\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil reais), correspondente à emissão de 50 (cinquenta) novas ações ordinárias e 100 (cem) novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Caixa

-★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

administrado pela Caixa Vida e Previdência (Entidade Aberta de Previdência Complementar), na modalidade de contribuição definida. As contribuições são realizadas de maneira facultativa pelo participante por meio de contribuição normal, com contrapartida de 100% deste valor pela patrocinadora. A patrocinadora participa com a contribuição básica para salários acima de certo limite. A Seguradora tem um programa de participação nos lucros, de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000. Uma provisão estimada foi constituída para fazer face aos pagamentos desse programa. As demais provisões trabalhistas, tais como férias, 13º salário e outras, são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor, e registradas segundo o regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários. Demais benefícios de curto prazo concedidos aos empregados são planos de saúde e odontológico, alimentação e seguro de vida, os quais são registrados na medida em que são incorridos. A remuneração global do pessoal-chave da administração em 2022 foi de R\$ 3.874 (três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil reais). e) **Dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio:** De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo de 75% calculados sobre o lucro líquido ajustado do período. A Seguradora poderá a qualquer tempo levantar novas Demonstrações Financeiras em observância a qualquer determinação legal ou em razão de interesses societários, inclusive para deliberação de dividendos intermediários. As Seguradoras brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. Este valor de juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo. Os dividendos mínimos obrigatórios e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo ao final do exercício, sendo que o montante de dividendos acima do mínimo obrigatório é registrado na data de aprovação e mantido no patrimônio líquido. f) **Reconhecimento de receitas e despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e reportadas nas Demonstrações Financeiras dos períodos a que se referem. g) **Receita de juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros (adicional de fracionamento) cobrados sobre os parcelamentos dos prêmios de seguro são apropriados ao resultado no prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. h) **Imposto de renda e contribuição social:** O resultado com imposto de renda e contribuição social é composta por dois itens: o corrente e o diferido. O corrente é o imposto a pagar ou a recuperar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. O diferido corresponde às diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados e consiste em provisões e despesas, que não são dedutíveis para fins fiscais, nos termos da legislação tributária, no mesmo período do registro contábil. Os créditos decorrentes das diferenças tributárias são reconhecidos quando há expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras, conforme estudo técnico mantido pela Seguradora. O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real tributável acima de R\$ 240 mil ao ano, e a Contribuição Social calculada à alíquota de 15%, conforme a legislação vigente. Em 28/04/2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115, convertida pela Lei nº 14.446/2022, que alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas de seguros privados, de 15% para 16%, com eficácia para o período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. As contribuições para o PIS e para a COFINS são calculadas sobre as receitas de prêmios e receitas financeiras dos ativos financeiros vinculados à cobertura das provisões técnicas, às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Nota 4 - Pronunciamentos e leis recentemente emitidos

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB e no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão com os seguintes status: • CPC 48 – Substitui o CPC 38 estabelecendo novos princípios sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros (ativos e passivos). A norma será aplicável a partir de 2024; e • CPC 50 – Substitui o CPC 11 sobre contratos de seguro. A norma será aplicável quando referenda pela SUSEP.

Nota 5 - Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas, julgamentos e premissas adotadas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os principais componentes em que a Administração exerce o julgamento e utiliza estimativas são: • Contratos de seguros e resseguros (Nota 3 d.7); • Ativos financeiros (Nota 7); • Créditos tributários (Nota 11); • Provisões Judiciais (Nota 12) • Provisões técnicas (Nota 17); e • Prêmios a receber - Redução ao valor recuperável - Impairment (Nota 8.1).

Nota 6 - Gerenciamento de riscos

A XS3 Seguros S.A. possui atividades coordenadas para identificar, avaliar, mensurar, tratar e monitorar os riscos, tendo por base a adequada compreensão dos tipos de risco, de suas características e interdependências, das fontes de riscos e de seu potencial impacto sobre o negócio. Sua estrutura organizacional contempla diversos Comitês, inclusive o próprio Comitê de Riscos e Compliance e áreas focadas em auxiliar a sua primeira linha, a assegurar o alcance dos objetivos estratégicos, operacionais e de conformidade legal, além da confiabilidade das informações financeiras. A estratégia de gestão de riscos da XS3 Seguros S.A. está integrada com a sua estratégia geral, no sentido da identificação de riscos com impacto significativo nos seus objetivos, e de suas consequentes respostas. A XS3 Seguros S.A. está exposta a uma série de riscos relacionados à sua atividade, incluindo os riscos de subscrição, mercado, crédito, operacional e liquidez. A XS3 Seguros S.A. atua fortemente para o adequado gerenciamento destes riscos por meio de metodologias, processos, políticas e controles.

a) Concentração de risco por região:

Ramos agrupados	Prêmios Emitidos - 01/01/2022 a 31/12/2022						Total
	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Região Norte	Região Nordeste	Região	
Residencial	292.774	140.561	95.307	36.861	133.167	698.670	
Habitacional	875	—	414.017	—	—	414.892	
	293.649	140.561	509.324	36.861	133.167	1.113.562	
	Prêmios Emitidos - 01/01/2021 a 12/12/2021						
	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Região Norte	Região Nordeste	Região	
Residencial	245.345	118.931	59.190	28.164	110.268	561.898	
Habitacional	1.607	—	96.307	—	—	97.914	
	246.952	118.931	155.497	28.164	110.268	599.812	

Os riscos são subscritos com base na proposta de seguros que contém todos os dados relevantes para aceitação e precificação do risco. As políticas e procedimentos de subscrição definem as diretrizes e regras de alçadas de aprovação, conforme discriminação de papéis e responsabilidades, considerando os níveis de autoridade individuais e de acordo com os departamentos responsáveis. Os procedimentos utilizados, conforme Manuais Operacionais, estão sujeitos às leis e aos regulamentos instituídos pelos órgãos fiscalizadores e reguladores do mercado segurador brasileiro, bem como aos códigos civil, comercial e de defesa do consumidor. Já a gestão do risco de seguro para fins de análise de sensibilidade ocorre pela segmentação em Residencial e Habitacional. A análise de sensibilidade dos principais segmentos permite avaliar os impactos de alterações em variáveis de risco relevantes, com o objetivo de verificar seus efeitos sobre o resultado e o patrimônio líquido. Para isso, a Seguradora estima um aumento ou uma redução de 5% dos montantes totais pagos em indenizações e em despesas com sinistros. A seleção destas duas variáveis ocorre pois entende-se que tanto a sinistralidade quanto as despesas com sinistros são relevantes e estão sujeitas a oscilação. **Segmento Residencial:** No seguro Residencial, as análises utilizadas no gerenciamento do risco de subscrição buscam tarifar de maneira justa, por tipo de risco, considerando o custo médio e a frequência de sinistro por região, imóvel e perfil do segurado. Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

	31/12/2022	
Premissas atuariais	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(1.366)	(1.366)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	1.366	1.366
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(46)	(46)
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	46	46

	31/12/2021	
Premissas atuariais	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(599)	(599)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	599	599
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(6)	(6)
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	6	6

Segmento Habitacional: No seguro Habitacional, as análises utilizadas no gerenciamento do risco de subscrição buscam tarifar de maneira justa, por tipo de risco, considerando custo médio e frequência de sinistro por região, imóvel e perfil do segurado. Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

	31/12/2022	
Premissas atuariais	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(2.375)	(2.375)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	2.375	2.375
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(11)	(11)
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	11	11

	31/12/2021	
Premissas atuariais	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(420)	(420)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	420	420
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(19)	(19)
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	19	19

Risco de subscrição, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional:
Risco de Subscrição: A XS3 Seguros S.A. define o risco de subscrição como sendo o risco de ocorrência de perdas que contrariem as suas expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o seu patrimônio decorrente de uma possível insuficiência dos prêmios e/ou provisões para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. O risco de subscrição pode ser subdividido em 3 riscos, sendo eles: a) **Risco de Prêmios,** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento dos sinistros que ainda vão ocorrer naqueles compromissos já assumidos; b) **Risco de Provisão,** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões técnicas para fazer frente ao dispêndio financeiro com pagamentos dos sinistros já ocorridos; e c) **Risco de Retenção,** gerado a partir da exposição a riscos individuais com Valor em Risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. **Risco de Mercado:** O risco de mercado decorre da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos da Seguradora. A carteira de

investimentos da Seguradora em 31 de dezembro de 2022 (data-base do cálculo do capital de risco de mercado) estava alocada majoritariamente em títulos públicos federais apresentando baixa exposição ao risco de mercado e fundos de investimento de renda fixa cujas carteiras estão alocadas também majoritariamente em títulos públicos federais. A gestão dos investimentos da Seguradora é realizada em consonância com a legislação vigente (Resolução nº 4.993/2022 do Conselho Monetário Nacional), sendo o perfil da carteira de baixa exposição ao risco. **Risco de Crédito:** A XS3 Seguros S.A. entende o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador. Assim, para um contrato de seguro, o risco de crédito inclui o risco de que a Seguradora venha a incorrer em perda financeira devido ao não cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato, por insolvência ou falta de liquidez das resseguradoras, segurados e emissores de ativos financeiros. I - Resseguradores: As operações de resseguro são controladas por meio de política interna. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente o item "classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco". As operações de prêmios emitidos de resseguros estão representadas basicamente pelos resseguradores IRB, Hannover, Swiss RE, Austral RE, Navigators Insurance Company, Partner Re, AXA XL e Liberty. A Seguradora não possui valores a receber de resseguradores em 31 de dezembro de 2022. II - Prêmios a receber: Para o risco de crédito decorrente dos prêmios vencidos, a XS3 Seguros S.A. considera baixo, uma vez que os casos com pagamento de cobertura inadimplentes, segundo a regulamentação brasileira, podem ser cancelados. Para uma visão detalhada da exposição ao risco de prêmios a serem recebidos consultar Nota 3 (b) - *Impairment* e Nota 8.1 - Prêmios a receber. III - Aplicações: A XS3 Seguros S.A. possui majoritariamente exposição ao risco de crédito soberano, decorrente de alocações em títulos públicos federais, seja na sua própria carteira ou por meio de fundos de investimento. **Risco de Liquidez:** A XS3 Seguros S.A. identifica o risco de liquidez como a possibilidade da Seguradora não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de maneira contínua a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, frente ao fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros. Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de maneira parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco leva em consideração os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidade e limites de risco de mercado em controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em fundos de investimento cujas carteiras são compostas por títulos públicos em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, a XS3 Seguros S.A. efetua um constante monitoramento das condições de solvência e liquidez de suas operações de seguros. **Risco Operacional:** O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. XS3 Seguros S.A. classifica internamente seus eventos de risco operacional em: • Fraude interna; • Fraude externa; • Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; • Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; • Danos a ativos físicos próprios ou em uso; • Interrupção das atividades; • Falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e • Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades. Ações relacionadas à prevenção de fraudes são conduzidas por área específica. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados no comitê de riscos e comitê de integridade e ética. A XS3 Seguros S.A. possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades bem definidos de modo a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, consequentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão de riscos executada de maneira descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos e compliance, por meio de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

Nota 7 - Instrumentos financeiros ao valor justo

a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

Título	Saldo em 31/12/2021	Aplicação	Resgate	Rendimento	IOF	Saldo em 31/12/2022
FI Caixa XS3 RF RT (Restec)	153.171	16.650	(7.266)	18.293	—	180.848
FI Caixa Topázio Corporativo RF	102.233	40.076	(149.058)	6.749	—	—
FI Caixa FIC RF Movimentações Automáticas	1.108	495.766	(495.475)	289	(234)	1.454
FI Caixa FI Diamante Corp. RF CP	80.864	695.492	(736.823)	17.441	—	56.975
FI Santander Reserva Técnica RF Referenciado DI FI (Restec)	2.836	14.196	(17.478)	446	—	—
FI Caixa FIC Patrimônio Ind. Preços RF	—	50.752	(31.146)	1.621	—	21.227
FI BB Institucional RF	—	16.967	(17.312)	345	—	—
FI BB IMA B5+ (Restec)	—	1.500	(1.501)	1	—	—
FI BB IMA B (Restec)	—	1.500	(1.515)	15	—	—
FI Caixa Performance IMA-B	—	12.245	(11.650)	(64)	(2)	529
FI Santander RF CP Crescimento Institucional FI	—	47.762	—	2.320	—	50.082
FI BB RF Ativa Plus	—	12.896	—	870	—	13.766
FI BB RF Corp. Cred. Priv.	—	38.920	—	1.595	—	40.514
FI CEF Plus Quali Multi	—	17.500	(18.301)	801	—	—
FI XPA Portfólio Institucional	—	2.500	—	60	—	2.560
FI XP Reserva Técnica FIF (Restec)	—	27.500	—	575	—	28.075
FI CEF Plus Qualificado RF CP	—	18.301	—	102	—	18.403
LFT (Carteira própria)	20.400	290.528	—	15.013	—	325.941
LTN (Carteira própria)	27.026	60.474	(48.701)	4.664	—	43.463
NTN-B (Carteira própria)	—	21.803	(2.043)	305	—	20.065
Totais acumulados	387.638	1.883.328	(1.538.269)	71.441	(236)	803.902
Vinculadas à cobertura de provisões técnicas (Nota 17.2)	346.088	—	—	—	—	598.393
Não vinculadas à cobertura de provisões técnicas	41.550	—	—	—	—	205.509

Para a parte da carteira composta por Fundos de Investimento, não há vencimento e os saldos apresentados já estão a valor de mercado (valor justo). Abaixo segue o detalhamento dos Fundos de Investimento, apresentados na mesma ordem do quadro anterior: • **Caixa FI XS3 Renda Fixa RF - Fundo exclusivo cuja carteira é composta por títulos de renda fixa públicos federais e compromissadas de títulos públicos federais, excluindo-se estratégias que impliquem em assunção de risco de oscilações de moeda estrangeira, renda variável ou derivativos.** A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 99,49% do CDI (99,03% do CDI em 2021). A primeira alocação do fundo ocorreu em 30/03/2021. • **Caixa FIC Topázio Corporativo RF - Fundo aberto e não exclusivo, cujo mandato contempla a alocação em títulos públicos federais.** A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 101,19% do CDI (101,07% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 11/03/2021 e a posição foi liquidada em 10/08/2022. • **Caixa FIC RF Movimentações Automáticas - Fundo aberto e não exclusivo, referenciado a variação do CDI, utilizado para a zeragem diária de caixa (fundo de aplicação e resgate automáticos).** A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 83,47% do CDI (78,07% do CDI em 2021). • **Caixa FIC Diamante RF CP - Fundo aberto e não exclusivo cujo mandato contempla a alocação em títulos públicos federais e em crédito privado de baixo risco (estratégia high-grade), apresentando características conservadoras quanto à diversificação de tomadores, setores da economia e instrumentos, excluídas estratégias que impliquem em assunção de risco de oscilações de moeda estrangeira e renda variável.** A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 105,87% do CDI (105,82% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 26/11/2021. • **Santander Reserva Técnica RF Referenciado DI FI - Fundo aberto e não exclusivo que busca acompanhar a variação do CDI, cuja carteira é composta por títulos públicos federais.** A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 100,08% do CDI (97,96% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 15/12/2021 e a posição foi liquidada em 03/06/2022. • **Caixa FIC Patrimônio Ind. Preços RF - Fundo aberto e não exclusivo, com recursos alocados em ativos financeiros indexados a índices de preços, estando também sujeitos ao risco das variações das taxas de juros pós-fixadas e/ou prefixadas, e exposição ao risco de crédito privado de perfil conservador.** A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 80,29% do CDI (54,06% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 04/02/2022. • **BB Institucional FI RF - Fundo aberto e destinado a investidores institucionais, tem como meta superar o CDI anual com alocações de perfil conservador em títulos de renda fixa públicos federais.** A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 102,67% do CDI (109,95% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 15/03/2022 e a posição foi liquidada em 13/06/2022. • **BB FI IMA B5+ - Fundo aberto e destinado a investidores institucionais, tem como meta obter rentabilidade referenciada ao subíndice IMA B5+, composto por notas do tesouro nacional série B na proporção adequada ao atendimento do mandato do fundo.** A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 24,00% do CDI (-153,40% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 07/04/2022 e a posição foi liquidada em 31/05/2022. • **BB FI IMA B - Fundo aberto e destinado a investidores institucionais, tem como meta obter rentabilidade referenciada ao subíndice IMA B, composto por notas do tesouro nacional série B na proporção adequada ao atendimento do mandato do fundo.** A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 49,22% do CDI (-34,16% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 07/04/2022 e a posição foi liquidada em 31/05/2022. • **Caixa Performance IMA-B - Fundo aberto e não exclusivo, cujo mandato contempla a alocação em títulos públicos federais indexados ao IPCA, e tem como parâmetro de rentabilidade o Índice de Mercado ANBIMA série B - IMA-B.** A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 43,36% do CDI em 2021). A primeira alocação do fundo ocorreu em 03/05/2022. • **Santander RF CP Crescimento Institucional FI - Fundo aberto e não exclusivo cujo mandato contempla a aplicação preponderantemente em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa disponíveis nos mercados financeiro e de capitais em geral, atrelados à variação das taxas de juros, prefixadas ou pós-fixadas e/ou de índices de preços. Investe em títulos de crédito privado de perfil conservador (baixo risco de crédito), excluindo-se estratégias que impliquem em assunção de risco de oscilações de moeda estrangeira e renda variável.** A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 109,19% do CDI (135,52% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 03/06/2022. • **BB FI RF Ativa Plus - Fundo aberto e não exclusivo, tem como objetivo de superar o CDI no médio e longo prazo, através de atuação ativa nos mercados de renda fixa, buscando**

afetir ganhos a partir de posicionamentos nas estruturas de juros, nominal ou real, e em operações de inflação implícita, com gestão ágil, alternando entre estratégias estruturais de médio prazo ou operações táticas de curto prazo, com riscos controlados, adequados para perfis de médio risco. O fundo foi criado em 07/02/2022 e a rentabilidade do fundo em 2022 foi de 100,51% do CDI. A primeira alocação no fundo ocorreu em 26/05/2022. • **BB FI RF Corporate CP - Fundo aberto e não exclusivo que aloca seus recursos em carteira composta por títulos de renda fixa públicos federais e títulos privados, que apresentem prazo médio de carteira superior a 365 dias. Os ativos serão indexados à taxa de juros doméstica, a índices de preços ou ambos, excluindo-se estratégias que impliquem em assunção de risco de oscilações de moeda estrangeira e renda variável ou alcavancagem.** A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 105,01% do CDI (120,00% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 26/05/2022. • **Caixa FI Plus Qualificado Multimercado CP - Fundo aberto e não exclusivo, busca rentabilidade que supere a variação do CDI por meio da alocação de recursos em uma carteira diversificada de ativos financeiros, possuindo posições em títulos de renda fixa públicos federais e em títulos privados. Não possui exposição a risco cambial ou renda variável.** A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 106% do CDI (125,5% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 06/07/2022 e a posição foi liquidada em 16/12/2022. • **XP Portfólio Institucional Multimercado CP - Fundo aberto e destinado a investidores institucionais, é uma solução de investimento que aloca em uma carteira diversificada de fundos de crédito que incorporam fatores ambientais, sociais e de governança (ASG) em seu processo de investimento. A seleção dos gestores é feita a partir de processo proprietário de diligência e rating de gestores que estão em diferentes estágios da jornada de incorporação ASG. O fundo foi criado em 28/07/2022 e a rentabilidade do fundo em 2022 foi de 103,77% do CDI. A primeira alocação no fundo ocorreu em 19/09/2022. • **XP FI Reserva Técnica RF - Fundo aberto e destinado exclusivamente a investidores institucionais, é um fundo de renda fixa com gestão ativa e estratégia juros ativo, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos de renda fixa públicos federais, podendo atuar com posições atreladas a taxas de juros pós, prefixadas ou índices de inflação no mercado brasileiro.** O fundo foi criado em 18/02/2021 e a rentabilidade do fundo em 2022 foi de 104,89% do CDI. A primeira alocação no fundo ocorreu em 16/09/2022. • **Caixa FI Qualificado RF CP - Fundo aberto e não exclusivo, tem o objetivo de alocar recursos em carteira de ativos financeiros, públicos ou privados, indexados a taxas pós-fixadas, prefixadas, e/ou índices de preços. O Fundo deverá manter, direta ou indiretamente, no mínimo 80% de seu patrimônio líquido aplicado em ativos financeiros de baixo risco de crédito.** A rentabilidade do fundo em 2022 foi de 105,70% do CDI (110,40% do CDI em 2021). A primeira alocação no fundo ocorreu em 16/12/2022. As alocações consideram as seguintes avaliações em relação aos gestores: • **Caixa DTVM:** Relatório emitido em 29/07/2022 pela FitchRatings considerou o rating de qualidade de gestão de investimentos como "Excelente", com perspectiva estável (IMQR). • **BB Gestão de Recursos DTVM:** Relatório emitido em 13/09/2022 pela FitchRatings considerou o rating de qualidade de gestão de investimentos como "Excelente", com perspectiva estável (IMQR). • **Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.:** Relatório emitido em 17/11/2022 pela Moody's Brasil considerou a qualidade do gestor de investimentos como "Excelente" (MQ1.br). • **XP Gestão de Recursos, XP Advisory Gestão de Recursos, XP Allocation Asset Management e XP Vista Asset Management:** Relatório emitido em 28/11/2022 pela Moody's Brasil considerou a qualidade do gestor de investimentos como "Excelente" (MQ1.br). As ITNs têm seus vencimentos entre 2022 e 2024, as LFTs de 2023 a 2028 e as NTNs de 2023 a 2024:**

Título	Vencimento	Valor de Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Mercado/contábil
LFT	set-23	5.465	1	5.466
LFT	mar-24	2.270	2	2.272
LFT	set-24	11.988	15	12.003
LFT	mar-25	14.663	22	14.685
LFT	set-25	16.861	27	16.888
LFT	mar-26	19.708	23	19.731
LFT	set-26	21.237	30	21.267
LFT	mar-27	15.506	11	15.517
LFT	set-27	43.486	(16)	43.470
LFT	mar-28	45.840	2	45.842
LFT	set-28	65.149	(29)	65.120
LFT	mar-29	63.681	(1)	63.680
Total		325.854	87	325.941
Título	Vencimento	Valor de Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Mercado/contábil
LTN	jan-23	4.778	(1)	4.777
LTN	abr-23	4.040	(2)	4.038
LTN	jul-23	3.558	4	3.562
LTN	out-23	5.221		

XS3 SEGUROS S.A.
CNPJ Nº 38.155.802/0001-43

CAIXA Residencial

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

Nota 10 - Títulos e Créditos a Receber

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos tributários e previdenciários (nota 10.1)	4.769	28.806
Outros créditos	—	53
	4.769	28.859

	31/12/2022	31/12/2021
10.1 Créditos tributários e previdenciários:		
Imposto de renda - Prejuízo fiscal	—	15.664
Contribuição social - base negativa	—	9.482
Imposto de renda e contribuição social diferidos - (diferenças temporárias)	4.729	3.620
Impostos retidos	40	40
	4.769	28.806
Circulante	4.769	28.806

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL são decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa, respectivamente, apresentados em 2021, visto que a operação estava em fase inicial. Os saldos foram integralmente compensados no segundo semestre de 2022.

Nota 11 - Tributos

a) Incidência sobre o resultado - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Valores apresentados na demonstração do resultado:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL sobre resultado	(138.810)	28.766
Total de impostos	(138.810)	28.766

I. Conciliação dos encargos com IRPJ e CSLL na demonstração do resultado:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
I) Resultado antes de IRPJ, CSLL e participações	340.088	(73.311)
IRPJ (15% + adicional de 10% acima de R\$ 240 mil por ano)	(85.942)	17.826
CSLL (aliquota de 15% com aumento de 1% a partir de agosto/22)	(52.868)	10.940
IRPJ e CSLL (*)	(138.810)	28.766
Alíquota efetiva	40,82%	39,24%

(*) A compensação do prejuízo fiscal e base negativa do ano de 2021, ocorreu na totalidade no ano de 2022.

b) Incidência sobre o faturamento - Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): O PIS - Programa de Integração Social e a COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social são calculados sobre as receitas de prêmios (reduzida pelos sinistros pagos) e receitas financeiras vinculadas, às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receitas operacionais + rendimentos financeiros	924.043	267.957
PIS (0,65%)/COFINS (4,0%)	(42.968)	(12.460)
Despesa tributária	(42.968)	(12.460)

Nota 12 - Provisões judiciais

A composição das provisões judiciais e suas respectivas movimentações estão demonstradas a seguir:

	Processos Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	78	78
Movimentação do período refletida no Resultado	78	78
Constituição/Atualização	(16)	(16)
Pagamentos	62	62
Saldo em 31 de dezembro de 2022	62	62

A distribuição das provisões judiciais está demonstrada a seguir:

Nota 15 - Intangível

	31/12/2021	Aquisições	Baixas	Despesa de amortização	31/12/2022	Custo	Amortização acumulada	Taxa anual de amortização - %
Outros Intangíveis								
Canal de Distribuição - Caixa	1.444.000	—	—	(76.000)	1.368.000	1.520.000	(152.000)	5
Softwares (**)	—	56.492	—	(8.696)	47.796	56.492	(8.696)	(**)
	1.444.000	56.492	—	(84.696)	1.415.796	1.576.492	(160.696)	
	31/12/2020	Aquisições	Baixas	Despesa de amortização	31/12/2021	Custo	Amortização acumulada	Taxa anual de amortização - %
Outros Intangíveis								
Canal de Distribuição - Caixa (*)	—	1.520.000	—	(76.000)	1.444.000	1.520.000	(76.000)	5
	—	1.520.000	—	(76.000)	1.444.000	1.520.000	(76.000)	

(*) Conforme demonstrado na Nota 1a) o valor pago como parte do acordo para exploração do balcão (canal de distribuição Caixa) está sendo amortizado linearmente a partir de janeiro de 2021 pelo prazo de 20 anos. (**) Em 2022 ocorreu a internalização dos serviços de tecnologia de informação que anteriormente eram prestados no contexto do "BPO" (Vide nota 19). A amortização dos softwares é calculada com base nas vidas úteis e prazos de licenças individuais de cada contrato.

Nota 16 - Contas a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
16.1 Obrigações a pagar:		
Fornecedores (*)	48.702	7.517
Gratificações/Participação nos lucros a pagar	4.192	3.322
Benefícios a empregados	1.658	1.381
Dividendos a pagar	117.558	1.381
Outros	3.517	—
	175.627	12.220
Circulante	175.627	12.220

(*) Variação principalmente pelo reconhecimento do Intangível de TI decorrente da internalização do BPO (vide nota 15).

16.2 Impostos e encargos sociais a recolher:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda retido na fonte	910	1.554
Imposto sobre serviço	321	323
IOF sobre prêmios de seguros	7.719	6.533
Contribuições previdenciárias	798	671
Outros	133	310
	9.881	9.391
Circulante	9.881	9.391

16.3 Impostos e Contribuições:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda retido na fonte	8.819	—
Imposto sobre serviço	5.632	—
IOF sobre prêmios de seguros	4.607	2.408
	19.058	2.408
Circulante	19.058	2.408

Nota 17 - Provisões técnicas e necessidade de cobertura

17.1 Provisões técnicas:

	PPNG	PSL	IBNR	Outras (*)	Total
Residencial	583.161	6.547	5.785	2.929	598.422
Habitacional	—	27.156	29.317	1.495	57.968
	583.161	33.703	35.102	4.424	656.390
Circulante	—	—	—	—	461.379
Não circulante	—	—	—	—	195.011

	PPNG	PSL	IBNR	Outras (*)	Total
Residencial	391.052	6.176	3.869	7.812	408.909
Habitacional	—	3.510	7.204	2.952	13.666
	391.052	9.686	11.073	10.764	422.575
Circulante	—	—	—	—	299.014
Não circulante	—	—	—	—	123.561

(*) Outras Provisões - Contempla PDR - Provisão para despesas relacionadas a sinistros (Assistência 24 horas) e IBNR da PDR. A movimentação das provisões técnicas está assim representada:

	PPNG	PSL	IBNR	Outras (*)	Total
Saldo em 31/12/2021	391.052	9.686	11.073	10.764	422.575
Constituição de provisões	269.361	—	241.184	48.500	559.045
Reversões de provisões	(77.252)	—	(217.155)	(54.048)	(348.455)
Aviso de sinistros	—	75.061	—	277	75.338
Pagamento de sinistros	—	(51.044)	—	(1.069)	(52.113)
Saldo em 31/12/2022	583.161	33.703	35.102	4.424	656.390

	PPNG	PSL	IBNR	Outras (*)	Total
Saldo em 31/12/2020	—	—	—	—	—
Constituição de provisões	561.898	—	11.073	22.184	595.155
Reversões de provisões	(170.846)	—	—	—	(170.846)
Aviso de sinistros	—	20.392	—	—	20.392
Pagamento de sinistros	—	(10.706)	—	(11.420)	(22.126)
Saldo em 31/12/2021	391.052	9.686	11.073	10.764	422.575

17.2 Cobertura das provisões técnicas:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	583.161	391.052
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	33.703	9.686
Provisão de sinistros sobre eventos ocorridos, mas não avisados (IBNR)	35.102	11.073
Outras provisões	4.424	10.764
Provisões técnicas - seguros (Nota 17.1)	656.390	422.575
(-) Direitos creditórios	(45.000)	(50.000)
(-) DCD redutora	(110.000)	(70.000)
Ativos redutores	(155.000)	(120.000)
Total a ser coberto	501.390	302.575
Ativos vinculados Investimentos em títulos e valores mobiliários (Nota 7)	598.393	346.088
Excesso de cobertura (Nota 18)	97.003	43.513

17.3 Desenvolvimento de sinistros: As tabelas abaixo apresentam a evolução acumulada Bruta e Líquida de Resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente. O objetivo destas tabelas é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.

a) Desenvolvimento de sinistros judiciais - valores brutos de resseguros:

Ano de ocorrência	2021	2022	Total
No ano da ocorrência	4	435	—
1 ano após	750	—	—

31/12/2022

Probabilidade de perda	Quantidade	Valor provisionado
Provável	14	62
Possível	136	—
Remota	7	—
	157	62

Provisões judiciais - Ação Cível Pública - Exploração de Sal Gema - Maceió. Ação promovida pela Defensoria Pública da União ("DPU") em face da Caixa Econômica Federal e das seguradoras: XS3 Seguros, Tokio Marine, Too Seguros e American Life, além da SUSEP e da empresa Braskem. Quanto à XS3 Seguros, a demanda foi classificada como cível não relacionada a sinistros, nem com a operação de seguros. Contestam, em especial, os critérios técnicos de subscrição de risco para a região que sofre com os impactos da extração de sal gema efetuado ao longo dos anos pela Braskem. Considerando a fase em que o processo se encontra e tendo em vista o indeferimento do pedido liminar suscitado pela DPU (ainda objeto de recursos), somado ao ineditismo do tema discutido, foi considerado o valor em risco de R\$ 420 mil, com probabilidade de perda classificada como possível e não sendo reconhecido passivo no balanço da seguradora. A evolução processual remeterá a reanálises futuras para eventual adequação do valor em risco e classificação do prognóstico de perda. A Seguradora não possui na data-base do balanço causas trabalhistas ou fiscais.

Nota 13 - Custos de aquisição diferidos

Composição dos saldos:

	31/12/2022	31/12/2021
Residencial	203.498	136.219
Habitacional	—	—
Total	203.498	136.219
Circulante	135.367	93.169
Não Circulante	68.131	43.050

Os custos de aquisição diferidos referem-se a comissões das apólices do ramo residencial, apropriadas pela vigência do risco em 12, 24 ou 36 meses, sendo a média da carteira em 19 meses.

Movimentação dos saldos:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020		
Constituições	—	215.029
Apropriação ao resultado	—	(78.810)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	136.219	136.219
Constituições	—	327.046
Apropriação ao resultado	—	(259.767)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	203.498	203.498

Nota 14 - Imobilizado

Compreendem benfeitorias, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada. O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

	31/12/2021	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2022	Taxa de depreciação ao ano %
Equipamentos	—	65	—	(1)	64	10%
Móveis, Máquinas e Utensílios	228	517	—	(23)	722	10%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	193	500	—	(73)	620	10%
Total	421	1.082	—	(97)	1.406	

	31/12/2020	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2021	Taxa de depreciação ao ano %
Equipamentos	—	—	—	—	—	10%
Móveis, Máquinas e Utensílios	—	230	—	(2)	228	10%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	—	195	—	(2)	193	10%
Total	—	425	—	(4)	421	

	31/12/2022	31/12/2021
Residencial	698.670	561.898
Habitacional	414.892	97.914
	1.113.562	659.812

Nota 21 - Composição dos prêmios ganhos, sinistros ocorridos e custos de aquisição

	31/12/2022	31/12/2021
Residencial	506.560	170.846
Habitacional	414.893	97.914
	921.453	268.760

As apólices do ramo residencial possuem vigências de 12, 24 e 36 meses.

Percentuais de custo de aquisição e sinistralidade:

	31/12/2022	31/12/2021
Residencial	14%	35%
Habitacional	16%	20%
	15%	28%

21.1 Prêmios Ganhos:

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	1.166.618	681.392
Prêmios cancelados	(28.154)	(12.340)
Prêmios restituídos	(27.409)	(16.642)
Prêmios riscos vigentes não emitidos	2.507	7.402
Variação das provisões técnicas de pr		

* continuação

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da XS3 Seguros S.A., em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou o relatório da administração, as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. e o parecer dos atuários auditores independentes PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda., ambos datados de 27 de fevereiro de 2023, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício de 2022, este Conselho Fiscal opina favoravelmente, sem ressalvas, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

Luiz Pereira de Souza - Presidente

Jorge Andrade Costa - Membro Titular

Edson Leonardo Dalescio Sá Teles - Membro Titular

Renato de Lima França - Membro Titular

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas

XS3 Seguros S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da XS3 Seguros S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da

Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da XS3 Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5, Edifício Adalberto Dellape Baptista - B32
São Paulo - SP - Brasil 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105



Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - é da Administração da Companhia. Ainda, é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e compliance.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Seguradora.

O Comitê conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos e questionamentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, da ouvidoria, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas análises decorrentes de observação direta.

O Comitê realizou reuniões regulares com o Conselho de Administração, com o Diretor Presidente e com outros Diretores da Seguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O Comitê avaliou o plano de trabalho de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração. O Comitê acompanhou os trabalhos realizados e seus resultados, e tomou conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O Comitê também avalia, rotineiramente, a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes sobre a aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e aprovadas pelo órgão regulador com relação às informações divulgadas. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a integridade de suas demonstrações financeiras.

Por fim, consideradas suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que autorize a emissão das demonstrações financeiras da XS3 Seguros S.A., auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes SS, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

Leonardo Bordeaux Régio Machado

Presidente

Sergio Moreno

Membro

José Manuel Matos Nicolau

Membro

Eduardo Bona Saife de Matos

Membro

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

XS3 Seguros S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da XS3 Seguros S.A. ('XS3 Seguros' ou 'Seguradora'), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros (IBNR, PDR e TAP)

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3 (d.8) e 17, a XS3 Seguros registrou provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros, com destaques para: a Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), no montante de R\$ 35 milhões, a Provisão para Despesas Relacionadas (PDR), no montante de R\$ 4 milhões e para o Teste de adequação dos passivos (TAP), que nessa data-base não foi constatada insuficiência de provisão a ser constituída. Para mensuração do TAP, bem como do IBNR e da PDR, a Administração da Seguradora utilizou técnicas e métodos atuariais que envolvem um certo grau de julgamento na determinação de metodologias e premissas estatísticas e/ou atuariais que incluem, entre outras, o desenvolvimento de sinistros, estimativas correntes para fluxos de caixa futuros, além de critérios de agrupamento por similaridade de produtos e taxas de desconto.

Nesse sentido, tendo em vista a complexidade relacionada a essas estimativas, consideramos a avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros como um principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) análise da integridade e consistência das bases de dados relativos aos prêmios emitidos e sinistros avisados; (ii) análise e teste documental, por amostragem, dos prêmios emitidos e prêmios recebidos; (iii) conciliação, por amostragem, dos dados dos avisos com as apólices; (iv) conciliação da Nota técnica atuarial com os saldos contábeis, bem como aprovação desta Nota técnica atuarial pelos representantes da Administração da Seguradora; (v) com o auxílio dos nossos especialistas atuariais, avaliamos a razoabilidade das metodologias e premissas atuariais utilizadas, bem como revisamos os cálculos efetuados de forma a concluirmos sobre a razoabilidade dos registros efetuados; (vi) avaliação, por especialista, da metodologia e resultados alcançados no Teste de Adequação dos Passivos.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que a metodologia e as premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas são apropriadas e suficientes no contexto das demonstrações financeiras.

Ativo intangível - Canal de Distribuição - CAIXA

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1, 3 (d.2 e d.5) e 15, em 31 de dezembro de 2022,

a Seguradora possui registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 1.416 milhões que representam, majoritariamente, o direito ao acesso para exploração do canal de distribuição - CAIXA, para a comercialização de produtos de seguros dos ramos Habitacional e Residencial, até o ano 2040. A Administração da Seguradora definiu a amortização pelo método linear obedecendo o prazo de 20 anos.

Nesse sentido, considerando a capacidade e geração, até a presente data, dos benefícios econômicos futuros em montantes superiores aos orçados e, dessa forma, suficientes para recuperar seu valor contábil, a administração da Seguradora optou por realizar uma avaliação interna sobre indicadores de *impairment*, que indicou a inexistência de perda no valor recuperável do ativo, na data-base de 31 de dezembro de 2022.

Devido à relevância dos montantes envolvidos e a subjetividade inerente ao teste de indicadores de *impairment*, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos aspectos contratuais e societários relacionados ao ativo intangível "Canal de distribuição - CAIXA" e que embasam o seu registro contábil; (ii) revisamos os cálculos de amortização do referido ativo, bem como a razoabilidade do método linear de amortização; (iii) avaliamos o teste de indicadores de *impairment* adotado pela Administração; (iv) avaliamos a adequação dos requerimentos de divulgação envolvendo o referido tema.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos apropriado o registro do ativo intangível em 31 de dezembro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor a administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e, se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos nos termos das responsabilidades pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/O-1

Fabiano de Oliveira Barbosa

Contador - CRC 1 DF 015827/O-3

GARANTA PROTEÇÃO E TRANQUILIDADE PARA O SEU LAR

CAIXA
Residencial

CAIXA
Seguridade



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>